



---

## ***Região Administrativa de Marília***

---

## REGIÃO ADMINISTRATIVA DE MARÍLIA

### População e Território

Situada no centro-oeste do Estado de São Paulo, a Região Administrativa de Marília apresenta uma das menores densidades populacionais do Estado, 49 hab./km<sup>2</sup>. Esse índice é superior apenas ao das regiões de Barretos, Araçatuba, Presidente Prudente e Registro. Os contrastes intra-regionais são pronunciados: a densidade demográfica oscila de 6,2 hab./km<sup>2</sup>, em Lutécia, a 346 hab./km<sup>2</sup> em Ourinhos.

Nessa RA localiza-se o menor município do Estado em número de habitantes, Borá, com apenas 809 pessoas, esparsamente distribuídas em uma área de 112 km<sup>2</sup>, resultando em acanhada densidade demográfica (7,2 hab./km<sup>2</sup>).

A região conta com uma população projetada de 910 mil habitantes (2002), com 90% residindo em áreas urbanas, índice

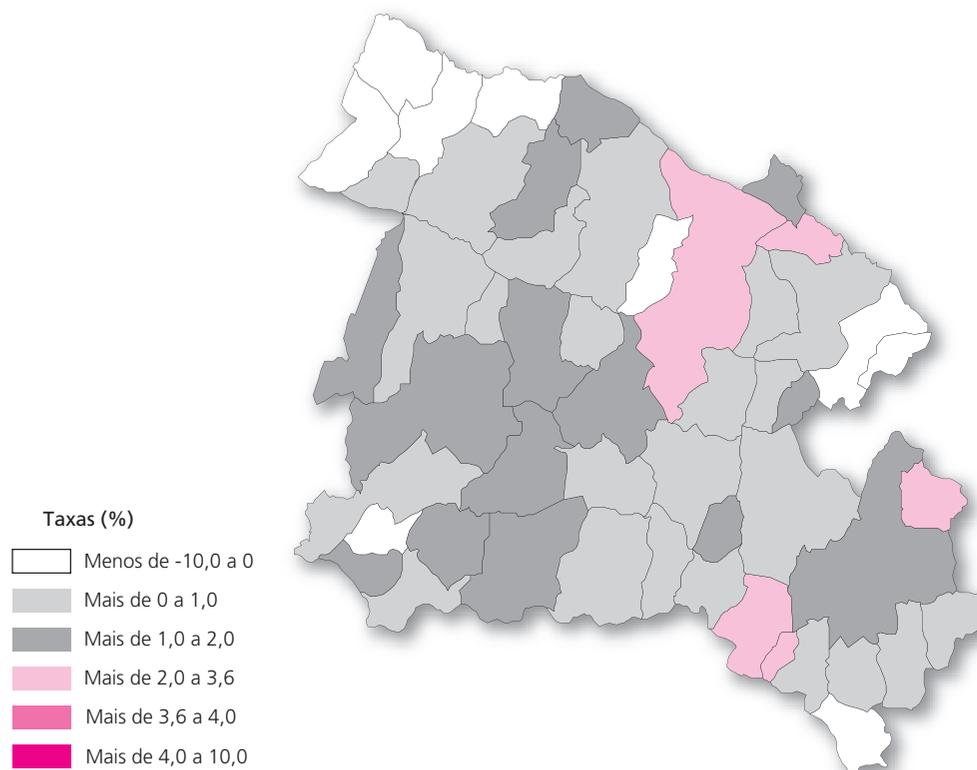
abaixo da média estadual (93,5%). Quatro municípios exibem taxas de urbanização inferiores a 60%: Álvaro de Carvalho, Arco-Íris, Fernão e Lupércio. Os maiores índices, superiores a 95%, são encontrados em Marília, Assis, Ourinhos e Tupã.

Um aspecto regional importante é a supremacia das mulheres: em 2002 a razão de sexo era de 97,9 homens para cada 100 mulheres. Em 59% dos municípios a população masculina predominava, sendo que a maior razão de sexo equivalia a Álvaro de Carvalho (148,7 homens para cada 100 mulheres).

Composta por 51 municípios, a RA tem em sua sede, o município de Marília, seu maior pólo, concentrando 23% da população. Somado a Ourinhos, Assis e Tupã, tem-se uma área que abrigava 50% da população regional (2002).

A região de Marília mantém um ritmo de crescimento praticamente constante, caracterizando-se há várias décadas pelo baixo

Taxa Anual de Crescimento Populacional, por Município  
RA de Marília  
2000/2002



Fonte: Fundação Seade.

incremento populacional. Entre 1991 e 2000, exibiu taxa de 1,3% ao ano, abaixo da média estadual (1,8% a.a.). Nesse período, o município-sede ostentou uma taxa de 2,3% ao ano. A maioria dos municípios cresceu em um ritmo de 1,1% ao ano; a menor taxa foi encontrada em Arco-Íris (-2,1% a.a.) e, as mais elevadas, em Álvaro de Carvalho e Canitar (superiores a 3,0% a.a.).

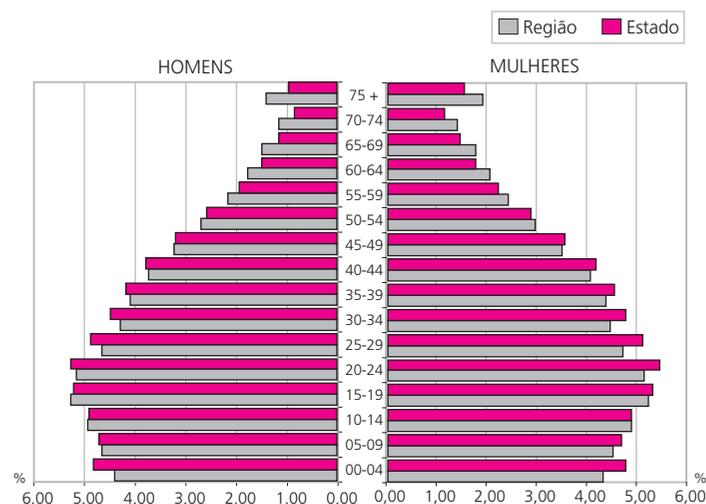
Entre 2000 e 2002, o ritmo de crescimento anual da região foi de 1,3%. As mais elevadas taxas, superiores a 2% ao ano, foram encontradas em Álvaro de Carvalho, Canitar, Fernão, Marília e Ourinhos. O número de municípios com índice de crescimento negativo diminuiu de 11 para 9 entre 1991 e 2002.

Seguindo a tendência estadual, a região vem apresentando menor proporção de crianças ou mesmo redução no número absoluto, maior população em idade ativa e proporção crescente de idosos.

Em 1991, 30,7% da população concentrava-se nos grupos de menores de 15 anos, 18,8% dos indivíduos eram jovens (15 a 24 anos), 41% deles correspondiam à população entre 25 e 59 anos e 9,3% eram idosos (60 anos e mais). Em 2002, ocorreram redução dos grupos de menores de 15 anos, que passaram a responder por 24,6% da população, e aumento do segmento etário entre 25 e 59 anos (45,5%) e dos idosos (11,4%). Os jovens responderam por 18,5% da população nesse ano.

A estrutura etária regional está mais envelhecida, se comparada à do Estado de São Paulo. Observa-se uma pirâmide com base mais estreita, indicativa de proporção menor de jovens, e um topo ligeiramente mais largo, resultado de proporção maior de idosos.

**Pirâmide Etária da População  
Ra de Marília e Estado de São Paulo – 2002**



Fonte: Fundação Seade.

**Distribuição da População, segundo Tamanho dos Municípios  
RA de Marília – 2002**

Tamanho dos Municípios	População		Número de Municípios
	N <sup>os</sup> Absolutos (1 <sup>o</sup> de Julho)	%	
<b>RA de Marília</b>	<b>909.801</b>	<b>100,00</b>	<b>51</b>
0 a 10.000 hab.	132.028	14,51	31
Mais de 10.000 a 20.000 hab.	122.705	13,49	10
Mais de 20.000 a 50.000 hab.	198.551	21,82	6
Mais de 50.000 a 100.000 hab.	251.398	27,63	3
Mais de 100.000 a 500.000 hab.	205.119	22,55	1
Mais de 500.000 hab.	-	-	-

Fonte: Fundação Seade.

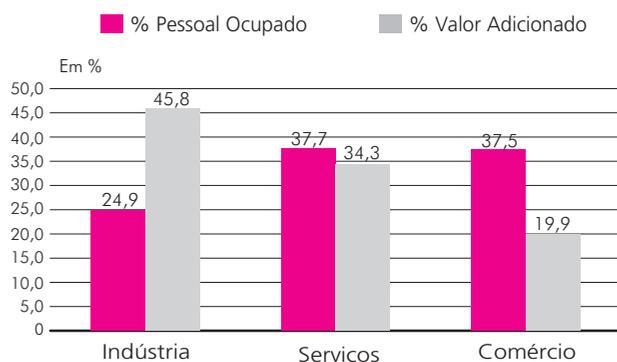
## Economia

A economia da Região Administrativa de Marília se assemelha à de outras regiões localizadas no oeste do Estado. As atividades que se destacam são principalmente a agropecuária e as indústrias voltadas ao processamento de produtos primários. As três rodovias que servem a região – a BR-153, trecho Lins–Marília–Ourinhos; a SP-294, trecho Lins–Marília–Tupã; a SP-333, trecho Assis–Marília–Ribeirão Preto –, além da Hidrovia Tietê–Paraná, possibilitam o escoamento da produção local.

A região respondia por cerca de 7% da produção agropecuária do Estado de São Paulo em 2001,<sup>1</sup> destacando-se a produção de cana-de-açúcar, carne bovina e ovos, esta última concentrada na região de Tupã. Juntas, as atividades representavam cerca de 63% do valor da produção regional. Vale ressaltar ainda a importância da produção de soja e milho, concentrada na região de Assis.

Segundo os resultados da Pesquisa da Atividade Econômica Paulista – Paep 2001, a RA de Marília respondia por 0,9% do valor adicionado (VA), 1,7% do pessoal ocupado (PO) e 2,1% das unidades locais (UL) da indústria estadual. A fabricação de alimentos e bebidas é a atividade industrial que mais se destaca

**Participação do Pessoal Ocupado e do Valor Adicionado, segundo Setores de Atividade Econômica RA de Marília – 2001**



**Fonte:** Fundação Seade. Pesquisa da Atividade Econômica Paulista – Paep 2001.

na RA de Marília, tanto no valor adicionado como na geração de emprego. Por esse motivo, o município de Marília, sede da região, recebeu o título de “capital nacional do alimento”. Observando os dados da Rais, nota-se que a maioria do pessoal ocupado nesse segmento estava alocada na fabricação de produtos alimentares, seguida pela fabricação e refino de açúcar.

Segundo o Guia de Investimentos e Geração de Emprego, da Fundação Seade, a indústria de alimentos e bebidas apresenta o maior potencial de expansão na região, uma vez que no período 1996-2002 foi a que mais atraiu os investimentos anunciados pelas empresas pesquisadas. Já em 2003, destacava-se a construção civil, que recebeu 52,1% dos US\$ 87,2 milhões dos investimentos anunciados na região.

Cabe ressaltar ainda a importância da fabricação de máquinas e equipamentos, tanto no valor adicionado como no pessoal ocupado, na RA de Marília. Os dados da Rais demonstram que, devido à demanda gerada pela dinâmica agropecuária da região, essa atividade se concentra principalmente na fabricação de máquinas e equipamentos voltados para a agropecuária. Grande parte dessa produção está localizada no município de Pompéia, um dos maiores pólos de produção de implementos agrícolas do país.

O comércio da região absorvia mais de 49,3 mil pessoas, em mais de 10,9 mil estabelecimentos, e respondia por 36,8% do VA do conjunto de atividades do comércio e dos serviços. Os serviços, que contavam com mais de 49,7 mil pessoas ocupadas, distribuídas em 7,3 mil ULs, respondiam por 63,2% do VA dos dois setores.

Os serviços de produção e distribuição de eletricidade, gás e água, apesar da pequena importância na geração de emprego, são os mais relevantes na geração do valor adicionado regional. As usinas hidrelétricas localizadas na região, como a Usina Hidrelétrica de Chavantes, Canoas I e Canoas II, e Lucas Nogueira Garcez, nos municípios localizados no sul da RA de Marília, eram responsáveis por cerca de 6% de toda a energia gerada no Estado.<sup>2</sup>

Essa atividade apresenta ainda grande possibilidade de expansão, considerando-se que, em 2003, 8,2% dos 123 milhões de dólares de investimentos anunciados na região se direcionaram aos serviços de produção e distribuição de eletricidade, gás e água, sendo a terceira atividade que mais atraiu recursos, conforme o Guia de Investimentos e Geração de Emprego, da Fundação Seade.

1. Dados da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo/Instituto de Economia Agrícola –IEA, 2001. Os dados são apresentados pelos Escritórios de Desenvolvimento Rural – EDRs, que correspondem aproximadamente às Regiões de Governo do Estado. Foram considerados os EDRs de Marília, Assis, Ourinhos e Tupã.

2. Considerou-se apenas a energia gerada por DUKE, AES e CESP, que eram responsáveis por mais de 93% da energia hidráulica gerada no Estado de São Paulo, em 2001, segundo dados da Secretaria de Energia de São Paulo.

## IPRS na Região Administrativa de Marília

A RA de Marília, quando confrontada com as demais regiões do Estado, está entre as quatro melhores na dimensão escolaridade, no entanto, ocupa o 10º lugar no indicador de longevidade e a 13ª posição em riqueza.

Uma primeira apreciação da realidade socioeconômica da região pode ser observada pela distribuição dos municípios nos cinco grupos do IPRS.

No Grupo 1, que reúne os municípios com bons indicadores nas três dimensões do índice, estão classificados quatro municípios: Palmital, Pedrinhas Paulista, Pompéia e Tarumã. No Grupo 3, cuja principal característica é agregar municípios que, mesmo não apresentando indicador de riqueza elevado, conseguem exibir níveis sociais satisfatórios, encontram-se 21 municípios e, nos Grupos 4 e 5, foram classificados 20 e seis municípios, respectivamente. Estes dois grupos agregam as localidades em piores situações de riqueza, longevidade e escolaridade, sendo que os municípios pertencentes ao Grupo 4 encontram-se em situação melhor do que os do Grupo 5, pois apresentam resultado satisfatório em uma das dimensões sociais.

A Região Administrativa de Marília, à semelhança do Estado, recuou seus escores de riqueza (de 45 para 37), situando-se muito abaixo da média do Estado (50). Todos os municípios, em maior ou menor grau, apresentaram redução neste item, sendo as mais acentuadas em Cândido Mota e Marília. A Região Administrativa de Marília manteve-se como 13ª colocada no que se refere à riqueza, superando somente as regiões de Presidente Prudente e Registro.

Na região, verificou-se o seguinte comportamento das variáveis que compõem a dimensão riqueza, entre 2000 e 2002:

- o consumo anual de energia elétrica por ligação na agricultura, no comércio e nos serviços passou de 9,9 MW para 8,1 MW, abaixo da média do Estado (13,8 MW) em 2002;

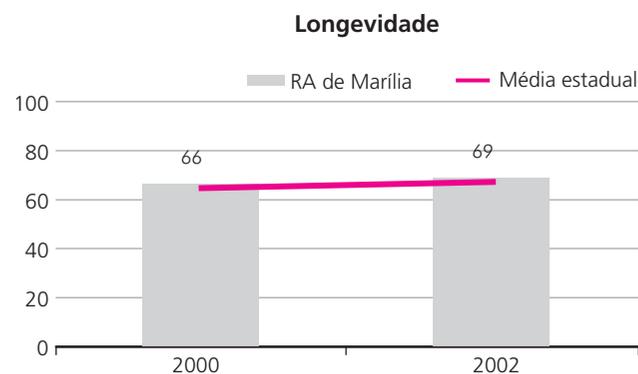
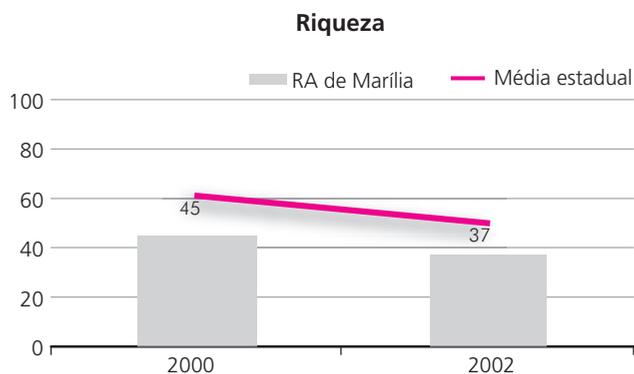
- o consumo de energia elétrica por ligação residencial, em 2002, manteve-se praticamente na meta de racionamento estabelecida para 2001, ou seja, a redução do consumo esteve próxima a 20%, variando de 2,1 MW para 1,7 MW, sendo a média do Estado, em 2002, de 2,1 MW;
- o rendimento médio do emprego formal reduziu-se de R\$ 721 para R\$ 662, abaixo da média estadual de R\$ 1.082, em 2002;
- o valor adicionado fiscal *per capita* aumentou de R\$ 4.743 para R\$ 5.434, ainda assim muito abaixo da média do Estado (R\$ 8.118 em 2002).

A retração no nível de riqueza municipal deveu-se às restrições impostas ao consumo de energia elétrica do comércio, agricultura, serviços e residências, bem como à diminuição observada nos rendimentos médios do mercado formal. O valor adicionado fiscal *per capita*, que se refere principalmente ao produto industrial, elevou-se no período. Esta expansão ocorreu na maioria de seus municípios e foi particularmente intensa em Maracá, Cruzália, Lupércio e Paraguaçu Paulista. Em oposição, dois terços dos municípios registraram decréscimo nos salários do trabalho formal.

O indicador agregado de longevidade evoluiu ao longo do período, de 66 para 69, posicionando-se num patamar acima da média para o Estado (67). A maioria dos municípios ampliou seus escores de longevidade, mas, a despeito deste bom desempenho na região, mais de 40% detêm valores abaixo da média estadual.

Na região, observou-se o seguinte comportamento das variáveis que compõem a dimensão longevidade, entre 2000 e 2002:

- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) diminuiu de 16,8 para 15,1, sendo a média do Estado, em 2002, de 15,3;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) oscilou de 19,3 para 18,3 e a média do Estado foi de 16,8, em 2002;



- a taxa de mortalidade das pessoas entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) passou de 1,6 para 1,5, ficando abaixo da média do Estado (2,0 em 2002);
- a taxa de mortalidade das pessoas com mais de 60 anos (por mil habitantes) oscilou de 39,6 para 38,5 e a média estadual foi de 38,9 em 2002.

No conjunto da região, as taxas de mortalidade infantil e perinatal mostraram-se decrescentes entre 2000 e 2002. No entanto, em 59% dos municípios, a mortalidade infantil ficou acima da média do Estado (15,3) e, em 63% deles, a mortalidade perinatal excedeu o nível estadual. O risco de óbito perinatal manteve-se em níveis bastante elevados (acima de 25 por mil nascidos) em aproximadamente um quarto de seus municípios. O nível deste indicador está geralmente associado às condições da assistência pré-natal, ao parto e ao recém-nascido. Assim, grandes esforços ainda devem ser empreendidos no sentido de melhorar os indicadores da sobrevivência infantil na região.

Recomenda-se cautela ao se analisar a magnitude de tais taxas, em municípios de pequeno porte populacional, devido às flutuações no número reduzido de eventos.

Não menos importante a destacar é o nível da mortalidade adulta jovem: 25% abaixo do nível médio estadual, tendo registrado ligeira redução no período, reflexo principalmente do decréscimo da mortalidade por Aids e Causas Externas (homicídios e acidentes de trânsito).

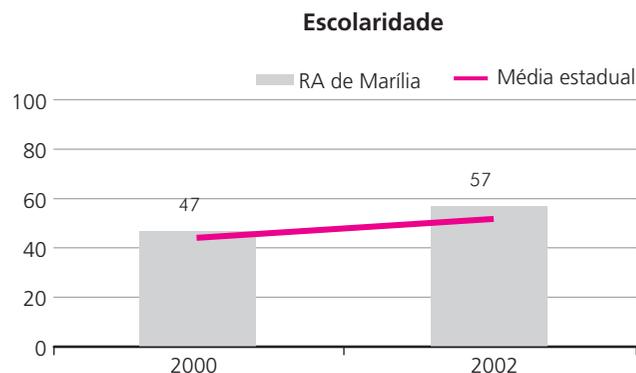
No tocante à escolaridade, a Região Administrativa de Marília situa-se num patamar (57) superior ao do conjunto do Estado (52). Em todos os municípios da região verificou-se crescimento no período analisado. O maior valor pertence a Pompéia (70); 13 municípios, entretanto, não conseguiram atingir o escore médio do Estado, sendo o mais baixo observado em Chavantes (42).

Na região, observou-se o seguinte comportamento das variáveis que compõem a dimensão escolaridade, entre 2000 e 2002:

- a proporção de pessoas de 15 a 17 anos que completaram o ensino fundamental aumentou de 63,1% para 71,3%, superando a média do Estado (68,1% em 2002);
- a parcela de jovens de 15 a 17 anos com pelo menos quatro anos de estudo oscilou de 93,9% para 92,8%, sendo a média do Estado de 94,5% em 2002;
- a proporção de pessoas de 18 e 19 anos que concluíram o ensino médio passou de 36,3% para 41,6%, ficando acima da média do Estado (37,8% em 2002);
- a taxa de atendimento da pré-escola para as crianças de 5 e 6 anos aumentou de 66,6% para 87,1%, excedendo a média do Estado (75,1% em 2002).

Tais informações revelam que houve crescimento em praticamente todas as variáveis de escolaridade. Com exceção da

proporção de jovens entre 15 e 17 anos com pelo menos quatro anos de estudo, as demais mostraram-se acima da média estadual em 2002. Alguns municípios ampliaram em mais de 20 pontos percentuais a parcela da população jovem com o ensino fundamental completo, como Platina, Queiroz, Espírito Santo do Turvo e São Pedro do Turvo.



Em síntese, a análise da Região Administrativa de Marília, através do IPRS, indica que seu desempenho na dimensão riqueza continuou abaixo do conjunto do Estado, reflexo da redução no consumo de energia elétrica e nos rendimentos médios do setor formal. Os níveis do valor adicionado aumentaram, contrapondo-se aos do Estado, que se mantiveram praticamente estáveis no período.

A Região de Marília perdeu uma posição no *ranking* de longevidade em 2002, assumindo o 10º lugar entre as regiões do Estado. Reduções de intensidades variadas foram observadas nas taxas de mortalidade da região, embora os progressos experimentados no período tenham sido insuficientes para manter sua classificação em relação àquela registrada em 2000. Os níveis dos indicadores da sobrevivência infantil em alguns de seus municípios sinalizam a carência de unidades direcionadas à saúde da mulher e da criança, que garantam acesso universal e qualificado a consultas de pré-natal e amparem as condições de gravidez de risco.

Contrastando com a posição obtida nos indicadores de riqueza (13ª) e longevidade (10ª), a Região Administrativa de Marília é a quarta melhor região do Estado na dimensão escolaridade, ganhando duas posições em relação a 2000.

Quase todas as variáveis componentes do indicador agregado de escolaridade obtiveram progressos entre 2000 e 2002, além de serem superiores às respectivas médias estaduais. Os avanços mais significativos foram observados na cobertura do ensino fundamental e na taxa de atendimento da pré-escola.